

ATA DA 333ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP

1
2
3 Às nove horas do dia 13 de agosto de 2007, na sala de reuniões do 3º andar do
4 Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, deu-se início à
5 333ª Reunião ordinária do CNPCP. Estiveram presentes o Presidente do CNPCP, Dr.
6 Sérgio Salomão Shecaira, o 1º vice-Presidente, Dr. Vetuval Martins Vasconcelos, o
7 2º vice-Presidente, Dr. Maurício Kuehne, os conselheiros Adeildo Nunes, Airton
8 Aloísio Michels, Carlos Lélío Lauria, Carlos Antico, Carlos Weis, Cássio Castellarin,
9 César Oliveira de Barros Leal, Christine Kampmann Bittencourt, Edison José Biondi,
10 Eleonora de Souza Luna, Geder Luiz Rocha Gomes, Herbert Jose Almeida Carneiro,
11 Mario Julio Pereira da Silva e Pedro Sérgio dos Santos. Justificou-se a ausência do
12 Conselheiro Luis Guilherme Vieira. Também compareceram, na qualidade de
13 visitantes: Franciele Silva Santos (Universidade de Goiás), Carlos Eduardo Japiauçu
14 (Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Fabiana Saenz (IPAM),
15 Alexandre de Alencar (PBCAD), Iurica Okumura (MPSP), César Augusto Cunha
16 (MPES), Cleonice Maria Resende (MPDFT), Helena Rodrigues Duarte (MPDFT),
17 Débora Balzan (MPRS), Eliane Ribeiro Portela (MPRS), Nara Verônica (Yale U.),
18 Dennys Antonialli (USP), Manuela Oliveira Camargo (USP), Natalia Luchini (USP),
19 Elisabeth Benson (Yale U.), Rosângela Peixoto (Depen) e Nathali Velasco (Depen).
20 A 333ª Reunião do CNPCP foi coordenada por seu novo Presidente, Dr. Sérgio
21 Salomão Shecaira. Este, preliminarmente, apresentou a Sra. Rosangela Renata Santa
22 Rita, que na ocasião apresentou seu livro “Mães e crianças atrás das grades”, cuja
23 edição, pelo Depen, foi recomendada pelo CNPCP. Em seguida, o Presidente
24 submeteu aos presentes a ata da última reunião do Conselho, que foi aprovada por
25 unanimidade, com as sugestões feitas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros
26 Leal. De imediato, o Presidente passou ao segundo ponto da pauta (Comunicações),
27 informando que, no dia 14/08, o Conselho receberá a visita de alunos do curso de
28 Direito da USP. Asseverou ser fundamental que o Conselho realize novas audiências
29 públicas. Disse que examinou, na Universidade de São Paulo, o projeto que modifica
30 os tópicos concernentes à reabilitação. Informou, também, que, em conversa com

31 assessores do ministro Tarso Genro, verificou que existe a possibilidade de alocação
32 de verbas para a realização de um seminário Brasil/França sobre o monitoramento
33 eletrônico. Agregou que, em função do Decreto do Indulto, requereu ao Instituto
34 Brasileiro de Ciências Criminais sugestões com vistas a seu aperfeiçoamento. Neste
35 sentido, pediu aos Conselheiros que lessem a proposta, representativa de 4.000 sócios
36 do IBCCrim. Anunciou, ademais, que se realizará, de 8 a 11 de outubro, o Seminário
37 Internacional do Instituto. Dando prosseguimento, o Presidente, passou a palavra ao
38 Conselheiro Mario Júlio para que apresentasse e, ao mesmo tempo, saudasse os
39 novos membros do Colegiado: Sérgio Salomão Shecaira (Presidente), Christine
40 Kampmann Bittencourt (Conselheira Titular), Adeildo Nunes (Conselheiro Titular) e
41 Airton Aloísio Michels (Conselheiro Titular). A cada qual coube replicar em
42 agradecimento. Logo após, os Conselheiros interromperam o período de
43 Comunicações para ouvir o parecer sobre a Proposta de Alteração Legislativa nº
44 138/2006 do Senado Federal, de autoria do ex-senador Antonio Carlos Magalhães,
45 que inclui novo artigo no Código de Processo Penal (artigo 25 A), prevendo a
46 indisponibilidade de bens do indiciado, acusado e até mesmo de terceiro, com a
47 obrigatoriedade do seu comparecimento pessoal em juízo, quando solicitar a
48 restituição ou a disponibilidade desses bens. Retomando as Comunicações, o
49 Conselheiro Pedro Sérgio informou que a Universidade Federal de Goiás realizará,
50 no dia 17 de agosto de 2007, aula inaugural da turma de Direito, fruto do convênio
51 entre a Universidade Federal de Goiás e o Ministério de Reforma Agrária, dirigido
52 aos filhos de assentados em áreas destinados à reforma agrária e a pequenos
53 produtores rurais. Interrogou o Conselho sobre o andamento da sindicância relativa à
54 Promotoria de Manaus e insistiu na resposta que ainda não foi entregue ao CNPCP. O
55 assunto permaneceu pendente. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal registrou
56 a ocorrência em Fortaleza do Fórum Permanente dos Direitos Humanos, contando
57 com a participação da Dra. Silva Loureiro, Professora da Universidade do Estado do
58 Amazonas e Mestre pela UNB (com passagem e hospedagem subsidiadas pelo
59 Depen), a quem caberá discorrer sobre “Os Tratados Internacionais sobre os Direitos
60 do Homem Livre e Encarcerado na Constituição Federal”. Fez a doação de alguns

61 livros de sua autoria aos novos Conselheiros e referiu a publicação do n. 7 da revista
62 do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos (com lançamento previsto na próxima
63 reunião do CNPCP). O Conselheiro colheu o ensejo para sugerir que se ultimasse o
64 exame de uma proposta de convênio de intercâmbio entre o Instituto Nacional de
65 Ciências Penais, vinculado à Procuradoria da República do México, e o Ministério da
66 Justiça. Ressaltou, a propósito, a relevância de se estabelecer uma ponte de
67 comunicação entre os dois países, identificados profundamente no plano social,
68 econômico e cultural, enfatizando que ambos vivenciam problemas semelhantes no
69 âmbito criminal e penitenciário. O Conselheiro Maurício Kuehne – a propósito de
70 uma cobrança do Conselheiro Pedro Sérgio – disse que a Divisão de Engenharia está
71 examinando a questão dos sanitários, nos termos do projeto aprovado pelo
72 Departamento Penitenciário Nacional. O Conselheiro Pedro perguntou ao Dr.
73 Mauricio Kuehne se a unidade foi construída apenas com verba estadual ou contou
74 com o apoio da União, sendo informado que há uma contrapartida por parte do
75 Estado, mas desde a concepção e apresentação do projeto até a conclusão da unidade,
76 o recebimento se deu sem qualquer oposição ou restrição. O Conselheiro Maurício
77 falou sobre o convênio celebrado entre o Departamento Penitenciário Nacional e o
78 Ministério do Desenvolvimento Agrário, um projeto pioneiro que se desenvolve no
79 Rio Grande do Norte onde cerca de 40 coordenados, hoje no sistema semi-aberto,
80 prestes a saírem, são treinados e vão ter financiamento para sua pequena terra, na
81 qual possam trabalhar. O Conselheiro Carlos Lélío propôs que o Conselho convoque
82 os dirigentes da Caixa Econômica Federal para explicarem os motivos do bloqueio na
83 liberação de recursos. E citou o exemplo do Amazonas, para o qual há um ano existe
84 recurso liberado para a construção de um presídio no interior do estado, não se
85 conseguindo, entretanto, fazer até hoje a respectiva licitação porque os dirigentes da
86 Caixa Econômica fazem exigências sem fundamento, um fato que afeta igualmente
87 outros Estados. O Conselheiro Pedro Sérgio indagou ao Conselheiro Maurício
88 Kuehne se seria possível que os técnicos do Depen participassem da reunião, para
89 responderem a algumas indagações do Conselho. O Presidente afirmou que os
90 engenheiros devem explicar quais são as dificuldades e os problemas existentes e

91 como corrigi-los. O Presidente informou, a seguir, que uma equipe do Conselho
92 conversou com o Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça para,
93 na medida do possível, fazer o já mencionado Seminário Internacional sobre
94 monitoramento ou vigilância eletrônica, tendo-se estabelecido uma data indicativa
95 entre o final de outubro e o início de novembro, no Rio de Janeiro ou em Brasília.
96 Disse, ainda, que serão realizadas duas novas reuniões, a primeira no dia 10 de
97 setembro e a segunda nos dias 24 e 25 de setembro. O Presidente informou que já
98 estão disponíveis o folder e o cartaz do 11º Concurso Nacional de Monografias do
99 CNPCP e pediu aos Conselheiros que façam a divulgação nos Estados. Tomando a
100 palavra, o Conselheiro Geder Luiz Rocha sugeriu que se ouvissem relatos mais
101 recentes da política pública de ampliação das penas alternativas no Brasil que está
102 sendo desenvolvida pelo Depen. No segundo dia, a Conselheira Eleonora de Souza
103 Luna fez uma breve exposição sobre o CNPCP aos alunos do Curso de Direito da
104 USP e da Universidade YALE dos Estados Unidos. Logo o Presidente solicitou que
105 se desse continuidade ao exame do Anteprojeto de Indulto, passando a palavra, em
106 primeiro plano, aos representantes do Ministério Público presentes à reunião. Após
107 uma ampla e demorada discussão (com aprovação) do Relatório do Indulto, o
108 Presidente solicitou que fosse apresentado o relatório de visita de Inspeção ao
109 Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, realizada pelo Conselheiro
110 Pedro Sérgio dos Santos; pela Secretária do CNPCPC, Jussara Isaac Ribeiro; e pelo
111 representante da Ouvidoria do Sistema Penitenciário, Nathali Ferreira Velasco. Feita
112 a apresentação, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
113 reunião, que vai por ele assinada. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por
114 mim, Jussara Isaac Ribeiro.

115

116

117

118

119

120

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA
Presidente do CNPCP

Publicada no DOU de 01 de outubro de 2007 – Seção 1 – pp. 67-68.